

NAS VEREDAS DO SERTÃO: HISTÓRIAS DE VIDA FAMILIAR DE ESCRAVOS NO SERTÃO PARAIBANO (VILA FEDERAL DE CATOLÉ DO ROCHA, 1830-1860)¹

Anicleide de Sousa²

Resumo: Este trabalho tem como tema de estudo a população escravizada que viveu na Vila Federal de Catolé do Rocha no século XIX. A ideia de estudar esse grupo social surgiu, inicialmente, das inquietações e lacunas ainda presentes na historiografia brasileira sobre o interior do país, que durante muito tempo negou ou deu pouca relevância a existência física de mulheres e homens escravizados no sertão paraibano. Contrapondo-se a esta visão, com esta comunicação, buscaremos destacar dados demográficos históricos que mostram a presença escrava em Catolé do Rocha e também análises acerca das vivências de mulheres, crianças e homens escravizados, com foco nas suas relações familiares e sociais tanto com indivíduos de sua mesma condição quanto com livres e libertos/forros. Tal pesquisa tem como aporte teórico e metodológico a História Social e a Demografia Histórica, cujo pressuposto que considera população escravizada como sujeito histórico e com análises de fontes eclesiásticas (livros de batismo, de casamento, crisma e óbito); cartoriais (escritura de permuta, escritura de venda, livros de notas, procurações, cartas de alforria), e judiciários (testamentos e inventários) nos mostram ações de resistência ao sistema escravista, a exemplo do estabelecimento de relações parentais, como o compadrio, uma aliança espiritual que permitia a formação de redes de solidariedade para sobreviver em sociedade escravista do século XIX e no sertão brasileiro.

Palavras-chave: População Negra; Sertão; Parahyba século XIX.

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a população escrava no Sertão da Paraíba surge inicialmente das inquietações e lacunas ainda presentes na historiografia sobre a temática, que durante muito tempo negou ou deu pouca relevância a existência de escravos no Sertão. Ainda durante a graduação em História, quando tive meu primeiro contato com uma das obras clássicas da historiografia sobre a temática, *O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888*, da historiadora Diana Soares Galliza, publicado no ano de 1979, em que demonstra forte presença de escravos na economia sertaneja. Por ser sertaneja e ter cursado toda a educação básica em escolas na região, mais especificamente na cidade de Catolé do Rocha, e em nenhum momento me deparei com essa parte da história da cidade, nem se quer, ter conhecimento da existência de comunidades quilombolas na região, essa ausência me incomodou ainda mais e me levou a dar início a minha pesquisa. Então, diante dessas inquietações busquei identificar as vivências de homens, mulheres e crianças cativas através de suas relações sociais estabelecidas no convívio familiar e religioso com indivíduos de sua mesma condição, ou livre e/ou liberta/forra, destacando a formação de redes de sociabilidades através do compadrio.

Católé do Rocha está localizada no Sertão paraibano, à aproximadamente 400 km de distância da capital João Pessoa, numa região de clima semiárido, com basicamente, duas estações climáticas definidas, inverno e verão, e com uma população de aproximadamente 30.000 habitantes. A ocupação do território paraibano se deu primeiramente na região litorânea. Segundo Marisa Teruya, as primeiras expedições que penetraram no sertão

¹ Pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História/UFPB.

² Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal da Paraíba.

paraibano a partir do século XVII, seguiram um “caminho de gado” traçado do sul para o norte, que partiu da Bahia, seguiu o curso do rio São Francisco, e atingiu os sertões de Pernambuco e da Paraíba. Estas expedições pertenciam às famílias baianas Garcia d’Ávila (Casa da Torre), Rocha Pita, Oliveira Ledo e também do conhecido bandeirante Domingos Jorge Velho, cujas tropas eram compostas por paulistas.

Marisa Teruya ainda afirma que, os Oliveira Ledo acabaram se constituindo num importante tronco ancestral das primeiras famílias sertanejas na Paraíba, fundando os arraiais de Boqueirão, Campina Grande, Piranhas e Piancó.. A aquisição de terras se processou através de doações da Coroa, em forma de sesmarias e através da simples posse, num processo brutal de ocupação, que dizimou completamente as populações locais, tendo durado até o século XVIII. No final deste século, grandes fazendas destinadas à criação de gado estavam consolidadas. Mostrando-se assim, essa região de relevante importância econômica para a Paraíba, primeiro com o cultivo intenso da pecuária e em períodos posteriores com a produção de algodão.

A cidade de Catolé de Rocha foi fundada em 1755, a doação do terreno foi feita por Francisco da Rocha Oliveira, para a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora dos Remédios, em uma fazenda. Marisa Teruya, aponta que, no ano de 1834, foi oficializada a Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Catolé do Rocha e em seguida no mesmo ano foi elevada à categoria de Vila, passando a se chamar “Villa Federal de Catolé do Rocha”, que serviu como rota de passagem entre os tropeiros que cortavam os caminhos daquela região, tendo sido, entre os séculos XVIII e XIX, um ponto de grande concentração de escravos.

Autores como Irineo Joffily (1977) e José Américo de Almeida (1923), por exemplo, talvez tenham sido os primeiros a exporem que foram poucos os/as escravos/as que viveram nas regiões do sertão, pois a atividade econômica exercida, a pecuária, necessitava de pouca mão-de-obra. Tal interpretação só fora realmente revista, como já citada anteriormente, por Diana Galliza (1979), que demonstrou, na sua tese de doutoramento, a predominância e a importância da mão-de-obra escrava do negro nas principais atividades econômicas do Sertão.

No seu trabalho *O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888*, a historiadora Diana Galliza (1979) nos mostra que os autores considerados clássicos da historiografia paraibana que analisaram a economia sertaneja desprezaram o papel desempenhado pelo escravo negro ou atribuíram-lhe pouca importância na organização do trabalho no sertão paraibano. Como exemplo, ela cita Irineo Joffily (1977) e José Américo de Almeida (1923), por afirmarem que no sertão a existência de escravos foi pouco significativa devido à atividade da pecuária ser normalmente executada pelos indígenas. E mesmo quando apontaram a presença escrava nesta região, argumentavam que era uma forma de exploração utilitária, doméstica e de demonstração de riqueza por parte das famílias abastadas da região.

Nessa perspectiva, a pesquisa desenvolvida por Diana Galliza (1979) foi muito significativa, pois contrapondo a esta historiografia clássica, a autora constata expressivo número de escravos nas regiões sertanejas. A documentação analisada pela autora aponta que no ano de 1852 em Catolé do Rocha existia 1.108 escravizados. Concluindo que estes foram peças importantes na economia sertaneja, participando do trabalho produtivo da região, realizando atividades na área criatória e doméstica. (GALLIZA, 1979, p.102). Dessa forma, a autora avança nas pesquisas históricas nessa região, ao afirmar, através das fontes documentais, não somente a presença escrava no espaço sertanejo, como também seu papel na economia da região. No entanto, em sua análise, partindo de uma perspectiva econômica, apresenta dados estatísticos, e dessa forma os escravos confundiam-se com os números, não sendo assim, identificados como agentes históricos.

Todavia, e em que pese se referirem aos cativos no Sertão, estes trabalhos não apresentam o escravo como sujeito histórico, ou seja, não apontam as vivências dos mesmos,

suas relações familiares e as redes de sociabilidades formadas nesses espaços. Recentemente trabalhos como o de Ana Paula Morais (2007) e de Wlisses Abreu (2009) – que desenvolveram suas pesquisas na região do Alto Sertão da Paraíba, ambos na região da Ribeira do Rio do Peixe – e também os trabalhos de Solange Alves (2015) e Eduardo Cavalcante (2015) – que estudam a formação de redes de solidariedade através do compadrio, na região do Cariri paraibano, especificamente em São João do Cariri –, tem avançado nesta nova proposição.

Dentro dessa nova perspectiva, priorizamos o estudo do Sertão paraibano no século XIX, visto que não constam informações sobre qualquer estudo específico da região abrangida pela documentação, que compreende hoje a cidade de Catolé do Rocha – mesmo com a recente produção historiográfica sobre o espaço sertanejo, apenas o trabalho do Wlisses Abreu aborda a temática da escravidão no espaço do sertão, no período Imperial – como também, buscamos aprofundar os estudos sobre a população negra na Paraíba, especificamente a Vila Federal de Catolé do Rocha, entre os anos 1830 a 1860, recorte esse que se justifica na intenção de perceber a população escrava, apresentando o espaço sertanejo, seus aspectos culturais, sociais e políticos, destacando a presença desses indivíduos nesse espaço, dando ênfase a aspectos importantes de suas vivências, sejam elas no trabalho ou na constituição de relações familiares e sociais. Compreendendo o processo de formação da Vila Federal de Catolé do Rocha, na década de 1830, a partir das atividades econômicas desenvolvidas na região, que a princípio baseavam-se na lavoura e na pecuária. E em um segundo momento, já na década de 1860, onde temos a produção do algodão no cenário econômico. Percebendo as mudanças que esses processos causaram na população escrava no espaço sertanejo.

Contribuindo para a historiografia paraibana, especificamente em Catolé do Rocha, e avançar no sentido de analisar o escravo como agente histórico, perspectiva esta, que se desenvolveu na década de 1980 em consequência de novas concepções teóricas e metodológicas da História Social, que passou a dar visibilidade à história de categorias sociais comumente excluídas da “história oficial”, como é o caso de indivíduos em condição cativa. Um dos trabalhos pioneiros neste sentido foi o da historiadora Kátia Mattoso que, ao justificar a escolha do título para o seu livro, assegura que, *Ser escravo no Brasil*, na voz passiva, não é uma figura de estilo: implica o desejo de adotar o próprio ponto de vista do escravo e aponta a vontade de acompanhar cada passo de sua vida individual e coletiva. (MATTOSO, 2003, p. 12).

Assim sendo, a autora inovou ao afirmar que sua pesquisa buscaria analisar a sociedade a partir da perspectiva do indivíduo escravizado o que desencadeou o desenvolvimento de novas pesquisas nesta perspectiva, abordando diversas questões que envolviam a vida dos escravos. No entanto, seu trabalho está passível de críticas. Podendo destacar vários aspectos nos quais Kátia Mattoso, em que segundo Mario Maestri (2015)³ a autora realiza um verdadeiro elogio a escravidão, principalmente no que diz respeito a escravidão no nordeste, compreendendo de forma lamentável a abolição da escravatura, tendo seu trabalho uma proximidade ainda com as ideias do Gilberto Freyre

FAMÍLIA ESCRAVA: A HISTORIOGRAFIA E SEUS AVANÇOS

Mesmo passível de críticas, Kátia Mattoso inaugura uma perspectiva diferenciada de perceber o sistema escravista, a partir da percepção e vivências do escravo. Nesse campo de estudo, a família escrava é um tema que vem ganhando bastante espaço entre os

³ Para melhor compreensão ler: MAESTRI, Mário. *Como era Gostoso Ser Escravo no Brasil: A apologia da Servidão Voluntária de Kátia de Queiróz Mattoso*. Revista Crítica Histórica. Ano VI, nº 12, Dezembro/2015.

pesquisadores, principalmente por criticar uma historiografia que enxerga a vida sexual e familiar do escravo como um problema cultural ou de imensa promiscuidade. Essas novas pesquisas, como afirma Robert Slenes (2011) são baseadas principalmente nas novas fontes demográficas e focalizando especialmente o Sudeste do país, demonstrando não somente a existência do “lar” da família escrava, como também a sua importância na formação de uma identidade compartilhada.

A historiadora Isabel Reis (2001) em estudos sobre família escrava na Bahia, no século XIX, não somente confirmou a existência de famílias negras, como também identifica estratégias utilizadas pelos escravos na busca da manutenção e estabilidade de seus laços familiares. Ela conclui que a família escrava mesmo não se baseando necessariamente no casamento legal, ou na coabitação do casal, não desqualifica como relações de parentesco, nem as tornam menos intensas e significativas, que as famílias nucleares tradicionais. É nessa perspectiva que buscamos trabalhar, de identificar a formação dessas famílias escravizadas no Sertão paraibano, na Vila Federal de Catolé do Rocha entre 1830 e 1860, e as estratégias empreendidas pelas mesmas, na busca de conservação desse convívio familiar, entendendo não somente como estratégia de resistência ao sistema escravista, mas como, também, de manutenção e formação de uma identidade.

No que diz respeito a produção historiográfica sobre escravidão na Paraíba, destacamos uma produção acadêmica recente, como os trabalhos desenvolvidos pelos historiadores Solange Pereira Rocha (2007), que buscou compreender como homens e mulheres negros -escravos e não escravos- estabeleceram arranjos familiares e as estratégias elaboradas para reconstruírem seus laços parentais na Paraíba oitocentista; Luciano Mendonça (2008), que apresenta a dinâmica da escravidão no município de Campina Grande, dando ênfase ao processo de formação de uma cultura de resistência escrava no século XIX; Maria Vitória Lima (2010), que refletiu sobre a questão da liberdade, na Paraíba, no século XIX e os diversos significados para a população negra, escrava e livre, analisando os conflitos e os embates que surgiram em torno dessa discussão; Eleonora Félix (2010), que identificou a população escrava na cidade de Areia, na segunda metade do século XIX, destacando a transformação urbana que a cidade vinha constituindo, por exemplo.

Estes autores têm contribuído com a historiografia recente da escravidão, na Paraíba, ao utilizarem novas fontes de pesquisas como, por exemplo, as fontes cartoriais, judiciais e eclesiásticas, destacando a ação escrava, conforme foi realizada de forma pioneira pela historiadora Kátia Mattoso:

[...] às fontes antigas - papéis oficiais, testemunhos dos contemporâneos, brasileiros ou estrangeiros-, acrescentou-se toda uma série de documentos novos: testamentos, inventários de heranças, cartas de liberdade, processos judiciários, arquivos policiais e de associações leigas ou religiosas e as preciosas tradições orais de certas comunidades “afro-brasileiras” da atualidade (MATTOSO, 2003, p.13).

No que se refere ao estudo da escravidão no espaço sertanejo, destacamos as pesquisas desenvolvidas por Ana Paula Moraes (2009) e Wlisses Abreu (2011). Ambos analisaram as relações sociais vivenciados entre senhores e escravizados no sertão paraibano. Ana Paula Moraes apresenta essa relação entre senhores e escravos e a ação de busca pela liberdade dos cativos, no período Colonial e Wlisses Abreu, na segunda metade do século XIX. Mesmo trabalhando com recortes temporais diferentes as constatações foram semelhantes, pois Moraes e Abreu identificaram que a população escravizada buscou manter sua identidade, utilizando sua liberdade de ação que o sistema lhes permitia para resistir e buscar sua liberdade e que de forma gradativa ampliaram seus limites de atuação através da construção de sociabilidades. Além destes trabalhos destacamos também, mais recentemente,

os trabalhos desenvolvidos por Solange Alves (2015) e Eduardo Queiróz (2015), que analisaram as relações de compadrio e formação de laços espirituais de escravos na região do Cariri paraibano, Vila de São João do Cariri, nos períodos Colonial e Imperial, respectivamente.

Verificamos, desta forma, que a partir da década de 1980 têm se estabelecido entre os historiadores /as uma cultura histórica que busca identificar o escravo como agente histórico. Assim, buscamos analisar a experiência de homens e mulheres cativos/as na Vila Federal de Catolé do Rocha no período de 1830 a 1860, uma região pouco estudada, tendo como preocupação central explicitar suas relações sociais consolidadas no âmbito religioso através das relações familiares e de compadrio, como também as estratégias empreendidas para manter essas relações em uma sociedade escravista, ressaltando as especificidades das experiências vivenciadas por essa população na citada Vila.

Visando a constituição de um estudo demográfico da família escrava, identificaremos a formação de uma rede de sociabilidades da população escrava através do batismo. Sendo um dos sacramentos mais importantes da Igreja Católica, o batismo é caracterizado pela formação de um parentesco espiritual entre os padrinhos e os afilhados, permitindo uma espécie de extensão familiar e também como um meio de inserção social, devido à formação de uma rede de solidariedade entre os pais da criança e os pais espirituais. Ou seja, havia quase sempre, quando na escolha dos padrinhos, interesses maiores envolvidos, como o estabelecimento de novos laços de sociabilidades, ou o fortalecimento de já existentes.

Entendendo o conceito de redes de sociabilidades a partir do que o Burke (2012) aponta, afirmando que, as *redes de sociabilidade* entendidas como relações de interações sociais estabelecidas entre pessoas com mesmo *status* social ou de diferentes condições de classe, entre as quais prevaleciam sentimentos de reconhecimento e solidariedade baseados, por exemplo, nessa pesquisa, em alianças de parentesco espiritual forjadas no momento do batismo, primeiro sacramento católico, cuja função era de estabelecer e fortalecer relações de amizade e de vizinhança, assim como garantir um espírito familiar que ia para além dos vínculos consanguíneos e que ao longo de suas vivências poderia assegurar apoio mútuo, estabelecido em redes de solidariedades verticais e horizontais (p. 103-108).

CAMINHOS DA PESQUISA: DAS FONTES A METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, participei do levantamento inicial da documentação em Catolé do Rocha, percebendo grande quantidade de fontes primárias. Dentre elas, fontes eclesiásticas (livros de batismo, de casamento, crisma e óbito); fontes cartoriais (escritura de permuta, escritura de venda, livros de notas, procurações, cartas de alforria), e fontes judiciárias (testamentos e inventários), que nos auxiliaram no desenvolvimento de nossa pesquisa.

As fontes eclesiásticas encontram-se na Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, localizada na cidade de Catolé do Rocha, contando com 15 livros, sendo 10 (dez) com registros de batismo (1836-1889), 04 (quatro) de registros de casamentos (1837-1889) e 01 (um) livro de óbito (1871-1936). Os registros paroquiais, segundo Bassanezi (2013) formam o corpo documental mais importante existente para fundamentar a dinâmica e também do estado das populações modernas de tradição cristã e são consideradas fontes democráticas, pois toda a população pode ser recuperada através desse tipo de documentos, mesmo que, por algum motivo não tenha sido anotado determinado evento vital, esses livros incluem de fato, todos os setores da sociedade.

É através dessa documentação, na qual constam várias informações sobre a população de uma maneira geral, que podemos identificar nomes, idades, sexos, condições jurídicas, tipo de filiações, dentre outras informações, dos indivíduos em condição cativa. Para a análise

desses dados, faremos uso da demografia histórica que têm sido fundamental para os estudos históricos, como aponta o historiador José Flávio Motta (2002) afirmando que, na vasta contribuição da demografia histórica, insere-se um conjunto de resultados que compõe já “massa crítica” para conformar o que se poderia denominar uma efetiva demografia da escravidão. Sendo levantadas novas informações sobre a família escrava, sua estabilidade e a natureza de sua inserção na sociedade escravista, as possibilidades localizadas de um crescimento natural positivo da população escrava, o tráfico negreiro internacional, como também o tráfico interprovincial de cativos. Todos esses temas de estudo, entre muitos outros, vêm integrando demografia da escravidão, que têm sido objeto do estudo dos demógrafos-historiadores. (MOTTA, 2002, p. 236-237).

O cruzamento de fontes é indispensável para a reconstituição e compreensão das experiências de famílias escravas na Vila Federal de Catolé do Rocha. Por isso trabalhamos também com livros de notas, contendo escritura de vendas de escravos, cartas de liberdade, entre outros, que se encontram no Cartório do 1º Ofício de Catolé do Rocha. Sobre a importância de documentos cartoriais como fontes históricas, Bacellar (2005) afirma que são preciosos para a pesquisa histórica, no entanto em sério risco de conservação. Documentos como livros de notas, são de suma importância para o estudo da sociedade e da economia do passado, contendo registros dos mais diversos, dentre eles, cartas de alforrias. Estas permitem compreender as relações estabelecidas entre senhores e escravos, como também, de escravos com outros indivíduos da sociedade, podendo apontar possíveis motivações que deram origem a concessão dessas cartas de liberdade, nos mostrando uma das formas de estratégias empreendidas pelos cativos para a manutenção de suas relações sociais e familiares.

Associado aos documentos eclesiásticos e cartoriais, contamos também com documentos judiciais, que concede um aprofundamento maior na compreensão das relações estabelecidas entre senhores e escravos na Vila Federal de Catolé do Rocha, pois, era comum na sociedade escravista brasileira, as pessoas alforriarem em testamento escravos como forma de caridade ou poderia ser incluído nos inventários como bens semoventes. Destacamos aqui, que Catolé do Rocha até meados de 1830, constituiu uma povoação que pertencia ao município de Pombal. Seu poder Judiciário somente se fez independente a partir de 1879. Por esse motivo as fontes judiciais, referentes à Vila Federal de Catolé do Rocha, se encontram no Fórum Promotor Francisco da Nóbrega, que constam 09 (nove) livros de inventário, que abrange o período de 1830 a 1887. Os inventários e testamentos como aponta Furtado (2003), são produzidos no contexto da morte de uma pessoa, mas, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, esses documentos contêm ricas e variadas informações sobre múltiplos aspectos da vida do morto, bem como da sociedade em que ele viveu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado, a partir de um diálogo com variada documentação, da demografia histórica e da historiografia, buscaremos verificar a existência da família escrava em suas variadas experiências, fossem elas legitimadas ou não pela Igreja, no Sertão da Paraíba, ressaltando especificidades da Vila Federal de Catolé do Rocha, no período de 1830 a 1860, no que diz respeito a estratégias utilizadas por esses indivíduos para a manutenção desses laços familiares, como também, do estabelecimento de redes de sociabilidades através do compadrio.

Com a nossa proposta de pesquisa visamos contribuir com a historiografia da escravidão, especificamente a paraibana. Priorizando o estudo do Sertão paraibano no século XIX, visto que não constam informações sobre qualquer estudo específico da região abrangida pela documentação, que compreende hoje a cidade de Catolé do Rocha. E mesmo com a recente produção historiográfica sobre o espaço sertanejo, apenas o trabalho do Wlisses

Abreu aborda a temática da escravidão no espaço do sertão, no período Imperial. Dessa forma, buscaremos aprofundar os estudos sobre a população negra na Paraíba, especificamente a Vila Federal de Catolé do Rocha, entre os anos 1830 a 1860, dando ênfase a aspectos importantes de suas vivências, sejam elas no trabalho, na constituição de relações familiares e afetivas e na constituição de suas redes de sociabilidades.

Com a realização dessa pesquisa, pretendemos também contribuir para a formação da identidade da população afrodescendente nessa região e na valorização cultural e histórica de homens e mulheres negros que atuaram ativamente no passado como no presente atendendo dessa forma a Lei 10.639, promulgada em Janeiro de 2003, que a partir de uma demanda se setores da população brasileira, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino, tanto da Educação Básica, como do Ensino Superior.

Sendo assim, a aplicação da Lei nas escolas da região se torna muito importante devido à existência de quatro Comunidades Quilombolas, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), sendo uma localizada na cidade de São Bento, denominada Comunidade Negras Contendas, e as demais no município de Catolé do Rocha, são elas, Comunidade Negra Rural Lagoa Rasa, Curralinho/Jatobá, São Pedro dos Miguéis. No entanto, grande parte da população quilombola e a população de maneira geral, desconhece a história dos seus personagens históricos, ignorando assim a influência histórica e cultural herdada dos povos africanos e seus descendentes que povoaram aquela região. E nessa perspectiva, como afirma Rocha (2013), a Educação Escolar aliada a Lei 10.639 pode contribuir com a valorização da diversidade racial e cultural existente no Brasil e apontar caminhos para correção de iniquidades e estabelecimento de uma sociedade baseada na justiça social (que reconheçam os Direitos de pessoas negras), ou ainda, como é mais comum afirmar na atualidade, que se promova a igualdade racial no Brasil (ROCHA, 2013, p. 336).

REFERÊNCIAS

FONTES

- I- Livro de Batismos da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1842.
- II- Livro de Batismos da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1859.
- III- Livro de Batismos da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1845-1854.
- IV- Livro de Batismos da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1859-1861.
- V- Livro de Casamentos da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1837-1846.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência 1850-1888**. Dissertação (Mestrado). Campina Grande PPGH/UFCG. 2011.

ALVES, Solange Mouzinho. **Parentescos e sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752-1816**. - João Pessoa, 2015.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: _____. Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-79.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky; DE LUCA, Tania Regina (Org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93-118.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução Klauss B. Gerhardt, Roneide V. Majer, Roberto Ferreira Leal. – 2. Ed. ampl. - São Paulo: Unesp, 2012.

BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872)**. - João Pessoa, 2015.

FLORES, Élio C. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. **Saecullum**: revista de História. São Paulo, v. 12, n. 23/24, set.91/ago.92, p. 7-18.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado**. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003 [2002].

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin: os cacos da história**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. Editora Universitária/UFPB, 1979.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX. Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2008.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2010.

MAESTRI, Mário. *Como era Gostoso Ser Escravo no Brasil: A apologia da Servidão Voluntária de Kátia de Queirós Mattoso*. Revista Crítica Histórica. Ano VI, nº 12, Dezembro/2015.

MATTOS, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e Sociedade na Bahia do século XIX**. Tradução do original francês por James Amado. –São Paulo: Corrupio; [Brasília]: CNPq, 1998.

_____. **Ser escravo no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade**: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. Dissertação (Mestrado). Campina Grande, UFCG, 2009.

MOTTA, José Flávio. A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia brasileira em debate**: olhares, recortes e tendências. CEDHAL/FFLCH. Universidade de São Paulo, 2002, p. 235-254.

PROST, Antonie. **Doze lições sobre a História**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo horizonte: Autêntica, 2008 [1996].

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2007.

_____. A Lei 10.639/03 na primeira década: reflexões, avanços e perspectivas. In: AIRES, José Luciano de Queiroz (Org.). **Diversidades étnico-raciais e interdisciplinaridade**: diálogos com as Leis 10.639 e 11.645. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Viagem através da Província da Paraíba**. SEC-PB: João Pessoa, 1985.

SLENES, Robert W. **Na Senzala uma flor- esperanças e recordações na formação da família escrava**: Brasil Sudeste, século XIX. -2ª ed. corrig. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SILVA, Eleonora Félix. **Escravidão e resistência escrava na “Cidade D’Arêa” oitocentista**. Dissertação (Mestrado). Campina Grande, UFCG, 2010.

TERUYA, Marisa T. **Família e Poder na Paraíba**: Os Maias de Catolé do Rocha/PB – Um Estudo de caso sobre Práticas Endogâmicas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.